



Câmara Municipal de Elvas

Prestação de Contas 2016

Relatório de Gestão 2016

O relatório de Gestão integra o conjunto dos documentos de Prestação de Contas no âmbito do POCAL

Município de Elvas

ÍNDICE

1.ENQUADRAMENTO.....	- 3 -
1.1 Introdução.....	- 3 -
1.2. Missão, Visão e Valores.....	- 5 -
1.3. Composição dos órgãos do município.....	- 6 -
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL DA DESPESA E RECEITA.....	- 11 -
2.1 O Orçamento.....	- 11 -
2.1.1 – Execução Orçamental da Receita Corrente e de Capital.....	- 11 -
2.1.2. – Despesas Correntes.....	- 14 -
2.1.3. - Análise às Grandes Opções do Plano.....	- 16 -
3 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL. -	17 -
3.1 – Balanço e Demonstração de Resultados.....	- 17 -
3.1.1. – Balanço.....	- 17 -
3.1.2. – Demonstração de Resultados – Proveitos, Custos e Resultados.....	- 18 -
3.1.2.1 - Proveitos e Ganhos.....	- 18 -
3.1.2.2 – Custos e Perdas.....	- 19 -
3.1.3 – Rácios e Indicadores.....	- 21 -
3.2. – NOTA AOS FLUXOS DE CAIXA.....	- 23 -
4 – DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....	- 24 -
4.1 – Estrutura e Evolução da dívida de Curto-Prazo.....	- 24 -
4.2 – Estrutura e Evolução da dívida de Médio e Longo Prazo.....	- 25 -
4.3 – Aferição da Dívida Total 2016.....	- 26 -
5 – AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUILIBRIO.....	- 28 -
6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	- 29 -
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	- 30 -
CONTAS.....	- 31 -



1. ENQUADRAMENTO

1.1 Introdução

A Câmara Municipal de Elvas, apresenta à Assembleia Municipal o Relatório de Gestão referente ao exercício económico de 2016.

Os documentos apresentados obedecem a modelos uniformes do POCAL (Decreto Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro) e do Tribunal de Contas (Resolução 4/2001, de 18 de Agosto). Assim, o relatório de gestão da CME referente ao ano de 2016, é elaborado de acordo com as normas do POCAL, traduzindo com rigor e transparência a execução orçamental do ano. Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

As contas são elaboradas por ano económico, que coincide com o ano civil, competindo aos responsáveis da respetiva gerência fazê-lo, salvo se tiverem cessado funções.

Independentemente da obrigatoriedade de envio de contas ao Tribunal de Contas, a edilidade deve organizar e documentar as contas nos termos da Resolução n.4/2001, de 12 de Julho, emanada pela 2.ª Secção, de 18 de Agosto de 2001. Os documentos de prestação de contas devem ser igualmente remetidos ao Instituto Nacional de Estatística, Direção Geral do Orçamento e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, 30 dias após a sua aprovação pelo órgão executivo, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo (artigo 6º do POCAL).

Pelo disposto no art.º 75.º da lei 73/2013 de 3 de setembro de 2013 e por não se verificarem os pressupostos do referido artigo, não haverá lugar à remessa dos documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2016, de acordo com o disposto no art.º 52.º, n.º4 da Lei de Organização de Processo do Tribunal de Contas, na redação dada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

O Relatório de Gestão tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Conta da atividade do executivo municipal.

Assim, em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano 2016 observando-se:

O controlo político da assembleia municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da mencionada Lei;

7

O controlo jurisdicional do Tribunal de Contas;

O controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central;

A transparência junto dos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pela autarquia.

○

○



7

1.2. Missão, Visão e Valores

MISSÃO

Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado do Concelho, proporcionando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

VISÃO

Apostar na gestão do conhecimento aproveitando e criando oportunidades que permitam desenvolver o concelho, tornando-o competitivo e atrativo a nível económico, social, cultural e desportivo.

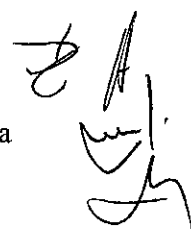
Apostar na eficiência e qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

Apostar no investimento contínuo em infraestruturas, que promovam o desenvolvimento e o crescimento sustentado do Concelho de Elvas.

Apostar na gestão rigorosa dos bens públicos.

VALORES DO MUNICÍPIO

Isenção; Igualdade; Transferência; Qualidade dos Serviços; Eficiência e Rapidez; Inovação e Rigor



1.3. Composição dos órgãos do município

A organização, a estrutura e o funcionamento do Município de Elvas e dos serviços deve orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.

A ação dos Serviços Municipais será permanentemente referenciada a um planeamento global e sectorial, definido pelos órgãos da autarquia, em função da necessidade de promover a melhoria de condições de vida das populações e de desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, devendo os serviços colaborar ativamente com os órgãos municipais na formulação e concretização dos diferentes instrumentos de planeamento e programação. Os responsáveis pelos serviços do Município de Elvas, para além das obrigações decorrentes da especificidade dos respetivos serviços, devem prosseguir e pautar a atividade dos seus serviços pelas seguintes normas ou princípios gerais:

a) Atuar de forma justa, isenta e imparcial, em obediência à lei e ao direito, zelando pelos interesses da autarquia, no respeito dos interesses legalmente protegidos dos munícipes e dos cidadãos em geral;

b) Acolher os interesses e aspirações das populações, promovendo a sua participação na resolução dos problemas que as afetem e encorajando as suas iniciativas;

c) Procurar constantemente atingir o mais elevado grau de eficiência e de eficácia, gerindo racionalmente os recursos ao seu dispor, e atingindo efetivamente as metas e objetivos estabelecidos;

d) Promover a dignificação e valorização profissional dos recursos humanos que integram os seus serviços, estimulando a capacidade de iniciativa e de entreatajuda, contribuindo ativamente para um clima organizacional motivador centrado no trabalho em equipa;

e) Agir de forma solidária e coordenada com os demais serviços da autarquia.

Deputados Municipais para 2013 – 2017

Presidente: Paulo Alexandre Bencatel Canhão (PS)

1º Secretário: Francisco José Carapinha Cordeiro Espiguinha (PS)

2ª Secretária: Liria Maria Cacheirinha Leal Carvão (PS)

Cláudia Sofia Gamelas Ferreira (PS)

José Manuel Ferreira Bagorro (PS)

João Manuel Matias Vintém (PS)

José Manuel Rato Nunes (CDS-PP)

Anabela da Conceição Costa Tinta Fina Cartas (PS)

Marco André Lourenço Matroca (PS)

Claudio Miguel Branca Monteiro (PS)

João Manuel Ferreira de Paiva (PPD-PSD/PPM)

Carla Sofia Correia Carvão Simões (PS)

Nuno Miguel Pereira Caldeira Fernandes (CDS-PP)

Rui Eduardo Dores Jesuino (PS)

João Manuel Restolho Orelhas (PCP-PEV)

Ana Leonor Reigqueira Calado (PS)

José dos Santos Catarrilhas Guerra (PS)

Ana Maria Demétrio Barrocas Guerra (PS)

Fernando Augusto Morganho Semedo (PS)

Maria Paula Vitória Pires Antunes Barradas (CDS-PP)

Joaquim Manuel Charruadas (PS)

Sara Cristina Rosa Chaves (PS)

José Domingos Verruga Laço (PS)

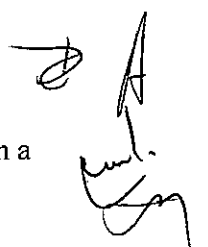
João Armando Rondão Almeida (PS)

Nuno Alberto Miranda Madeira (PS)

Cláudio José Marmelo Nascimento Carapuça (PS)

Joaquim Manuel Cabaceira Feijão (PS)

Luís Manuel Carretas Grilo (PS)



Câmara Municipal – Composição



PRESIDENTE : Dr. Nuno Miguel Fernandes Mocinha Partido: PS



Vereadora: Dra. Elsa Grilo Partido PS



Vereador: Comendador José António Rondão Almeida Partido PS



Vice-Presidente: Eng. Manuel Valério Partido: PS



Vereadora: Dra. Vitória Branco Partido: PS



Vereador: **Tiago Abreu** Partido: **CDS-PP**



Vereador: **Eng. Tiago Afonso** Partido: **PS**

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping letters.

2. Análise Orçamental da Despesa e Receita

2.1 O Orçamento

O Orçamento aprovado pela Assembleia Municipal sofreu quatro revisões durante o ano económico de 2016. O orçamento inicial foi de € 17.664.587, ficando após as modificações orçamentais em € 20.550.860,83. Houve uma variação de 16,34 %.

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	16.018.514		Correntes	14.958.380	
Capital	1.646.073		Capital	2.706.207	
Total:		17.664.587	Total:		17.664.587
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		17.664.587	Total Geral:		17.664.587

Quadro n.º1-Resumo do Orçamento inicial para 2016

2.1.1 – Execução Orçamental da Receita Corrente e de Capital

As receitas correntes liquidas cobradas no ano de 2016 totalizaram € 16.157.612,53, o que representa uma percentagem de execução de 99,76%. O quadro n.º1 mostra a execução das receitas por natureza e discrimina as componentes da Receita Corrente como: Impostos Diretos (IMI, IMT, SISA, CA, DERRAMA), Rendimentos de Propriedades (arrendamentos de habitação, terrenos, solo domínio publico), Transferências Correntes (Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo Social Municipal), que permitem chegar a 99,76% como grau de execução corrente.

As receitas de capital são constituídas essencialmente por transferências de capital, vendas de bens de imobilizado e outras receitas de capital. As Transferências de Capital são constituídas pelas receitas provenientes do Orçamento do Estado através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital) dos quadros comunitários, de forma a co-financiar projetos de investimento do Município. Estas são as que apresentam um maior peso, na componente da receita de capital. O grau geral de execução situa-se em 50,30 % em relação às previsões corrigidas.

Ainda existe uma terceira componente da receita, que não se configura como corrente nem como de capital. São as Outras receitas constituídas pelo Saldo da Gerência anterior, totalmente utilizado e as reposições não abatidas aos pagamentos.

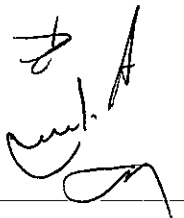
Concluimos que o grau de execução global é de 90,29%, estando em consonância com as execução dos anos anteriores.

	Previsões Corrigidas	Receitas Liquidadas	Rec.Cobradas Brutas	Rec.Cobradas Líquida	Rec.por/cobrar no final do ano	Grau Exec.Receita	
01	Impostos directos	3.415.113,00	3.614.360,12	3.529.337,45	3.522.285,97	0,00	103,14
02	Impostos indirectos	17.688,00	131.828,46	131.827,46	131.827,46	13.922,91	745,29
04	Taxas, multas e outras penalidades	129.336,00	83.972,27	83.663,56	83.663,56	9.910,68	64,69
05	Rendimentos da propriedade	1.320.288,00	1.167.161,78	1.166.358,53	1.166.358,53	0,00	88,34
06	Transferências correntes	8.832.302,21	8.444.765,41	8.407.310,99	8.407.310,99	39.669,94	95,19
07	Venda de bens e serviços correntes	771.832,00	1.119.977,51	865.065,92	865.065,92	1.629.510,61	112,08
08	Outras receitas correntes	1.709.166,00	1.916.609,14	1.981.100,10	1.981.100,10	114.207,51	115,91
Total Receitas Correntes					16.157.612,53		99,76
09	Venda de bens de investimento	73.783,00	109.536,00	109.536,00	109.536,00	2.500,00	148,46
10	Transferências de capital	3.808.955,15	1.852.523,76	1.852.523,76	1.852.523,76	0,00	48,64
11	Activos financeiros	1.084,00	5.928,53	5.928,53	5.928,53	-1.443,20	546,91
13	Outras receitas de capital	53.964,00	18.347,86	12.863,30	12.863,30	34.460,80	23,84
Total Receitas de Capital					1.980.851,59		50,30
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000,00	749,43	749,43	749,43	0,00	74,94
16	Saldo da gerência anterior	416.349,47	416.349,47	416.349,47	416.349,47	0,00	100,00
Outras Receitas					417.098,90		
TOTAL		20.550.860,83	18.882.109,74	18.562.614,50	18.555.563,02	1.842.739,25	90,29

Quadro n.º2 Total de Receitas Correntes e de Capital



Gráfico n.º1 Total de Receitas Cobradas Brutas


 [Assinatura]

2.1.2. – Despesas Correntes e de Capital

As Despesas Correntes são constituídas fundamentalmente pelas despesas com pessoal, aquisição de serviços e transferências correntes. A aquisição de bens e serviços apresenta uma execução de 84,92 %, sendo esta a que tem maior relevância. Seguem-se despesas com pessoal, atingindo uma execução de 99,75% face à dotação corrigida. A rubrica das outras despesas correntes são abrangidas despesas como impostos, taxas, restituições, serviços bancários, tendo uma execução em relação às dotações corrigidas de 88,34%.

Na componente de despesas de capital, as execuções também são elevadas, levando a uma execução de 89,00 %. Demonstra que a totalidade do valor das dotações corrigidas foram executadas nessa percentagem. A execução em bens de capital apresentam um grau de execução de 87,65%. Aqui está refletido o pagamento das empreitadas e outros ativos. Com um grau de 99,82% verifica-se a rubrica dos Passivos Financeiros, isto é, do pagamento de amortizações sobre empréstimos obtidos, junto do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e CGD.

Concluimos que o grau de execução global da despesa é de 89,97%, considerando-se este elevado, demonstrando um orçamento muito ajustado.

		Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau de Exec.
01	Despesas com o pessoal	4.529.306,38	4.517.863,70	99,75%
02	Aquisição de bens e serviços	9.449.940,82	8.024.447,62	84,92%
03	Juros e outros encargos	15.640,00	11.606,66	74,21%
04	Transferências correntes	3.871.854,81	3.549.485,01	91,67%
06	Outras despesas correntes	408.116,24	360.536,74	88,34%
Total Despesa Correntes			16.463.939,73	90,09%
07	Aquisição de bens de capital	1.843.193,28	1.615.577,81	87,65%
08	Transferências de capital	155.299,66	133.002,41	85,64%
09	Activos financeiros	114.257,00	114.157,00	99,91%
10	Passivos financeiros	163.252,64	162.955,12	99,82%
Total Despesas de Capital			2.025.692,34	89,00%
Total Despesas			18.489.632,07	89,97%

Quadro n.º3 – Execução da despesa corrente e de capital

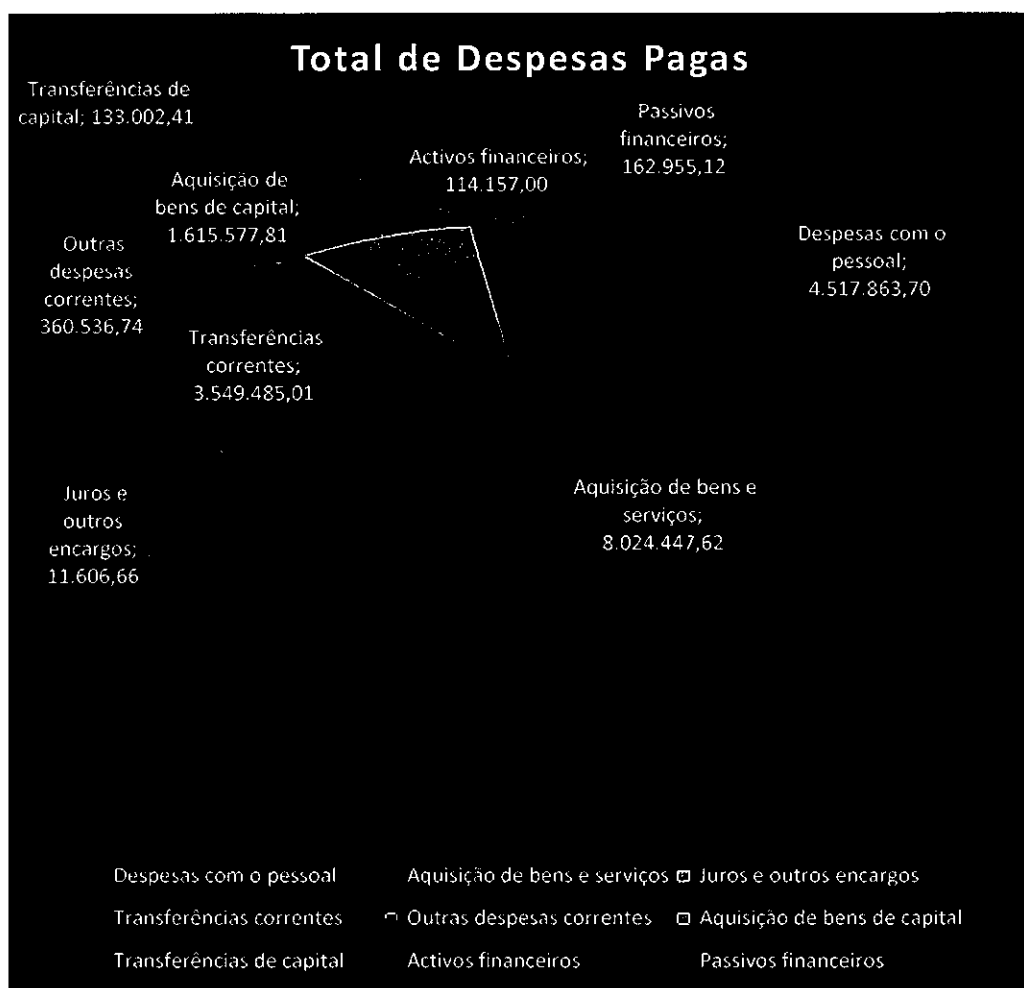


Grafico n.º2 – Total de Despesas Pagas

[Handwritten signature]

2.1.3. - Análise às Grandes Opções do Plano

Os documentos previsionais estão em consonância com o orçamento, onde são discriminados, todos os projetos de investimento e as atividades com maior relevância, reportado a 31 de Dezembro de cada ano. Estes estão estruturados por, objetivos, programas e projetos e ações, elaborado numa base móvel de 4 anos.

O seguinte quadro reflete as funções gerais da administração autárquica. A Câmara Municipal de Elvas na gerência do ano de 2016, apresenta a seguinte execução por funções:

Projeto		Designação	Classif. Despesa	Pago
Ano/Nº	Aç.			
110		Serviços gerais de administração pública		175.536,03
111		Administração geral		6.565.189,88
121		Protecção civil e luta contra incêndios		85.198,41
210		Educação		51.950,41
211		Ensino não superior		142.128,46
220		Saúde		8.969,09
232		Ação social		2.055.890,34
240		Habitação e serviços colectivos		10.000,00
241		Habitação		16.436,34
242		Ordenamento do território		525.217,76
243		Saneamento		49.649,10
245		Resíduos sólidos		100.210,39
246		Protecção do meio ambiente e conservação da nature		94.575,08
250		Serviços culturais, recreativos e religiosos		359.634,08
251		Cultura		1.223.258,79
252		Desporto, recreio e lazer		837.444,73
320		Indústria e energia		50.149,71
330		Transportes e comunicações		120.772,50
331		Transportes rodoviários		180.886,65
340		Comércio e turismo		80.099,72
341		Mercados e feiras		208,98
342		Turismo		49.554,85
350		Outras funções económicas		496.184,06
			Total Geral:	13.279.145,36

Quadro n.º4 Execução das GOP's por funções

3 – Análise da Situação Económica, Financeira e Patrimonial

3.1 – Balanço e Demonstração de Resultados

3.1.1. – Balanço

O Balanço e a Demonstração de Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação. A prestação de contas inclui um conjunto de documentos como o Balanço, Demonstração de Resultados, mapas de execução orçamental, anexo às demonstrações financeiras e relatório de gestão. O Município respeita as regras do POCAL, nomeadamente, na apresentação dos valores de Bens de Domínio Público devidamente discriminados. Em obediência ao princípio da especialização dos exercícios, os subsídios ou transferências recebidas e destinadas à aquisição de bens de investimento são registadas como proveitos diferidos e não como proveitos do exercício. Os bens inventariáveis são considerados custos à medida que vão sendo depreciados ou desvalorizados, as designadas Amortizações do Exercício. Este é um dos principais custos dado o valor elevado dos ativos imobilizados. Os custos diferidos, de acordo com o POCAL, compreendem as obrigações constituídas, mas cujo reconhecimento como custo é diferido para os exercícios seguintes. São normalmente considerados nesta conta, as rendas já pagas referentes ao ano económico seguinte, seguros que envolvem meses de exercícios diferentes e outros que digam respeito ao exercício económico seguinte. Os Acréscimos de Proveitos são proveitos a reconhecer em 2016, ainda que não tenham documentação vinculativa. Nas disponibilidades, a discriminação dos depósitos bancários e numerário fazem parte da estrutura do ativo e é demonstrado no ponto 7.5 do POCAL (documento integrante da prestação de contas). Ainda incluídos no ativo do Balanço, as existências, nas quais está registado o valor das existências finais de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. Este valor acumula a existência final de exercícios anteriores.

Os Fundos Próprios (inicial) representam a diferença entre o ativo e o passivo no momento da elaboração do primeiro balanço deste Município (em 2002). O Passivo, inclui 3 grandes componentes: passivo exigível (dívidas a pagar); passivo não exigível (acréscimos de custos e proveitos diferidos) e o passivo possivelmente exigível (provisões). A componente de Dívidas a terceiros de médio e longo prazo representam os empréstimos que o Município detém, vindo gradualmente a ser menor e o reconhecimento do FAM. As Dívidas de curto-

prazo, representam as dívidas correntes a fornecedores, estado e outros. Os Proveitos Diferidos compreendem as receitas a ser reconhecidas como proveitos em exercícios económicos seguintes, de acordo com o princípio da especialização. Quanto aos Acréscimos de Custos, o POCAL obriga, ao registo em 31 de Dezembro, do custo de férias, subsídio de férias e encargos a pagar no ano seguinte mas sendo um custo de 2016.

3.1.2. – Demonstração de Resultados – Proveitos, Custos e Resultados

3.1.2.1 - Proveitos e Ganhos

Os resultados económicos do Município de Elvas representam a diferença entre proveitos e os custos sendo representados de forma resumida na “Demonstração de Resultados” .

Verificou-se um acréscimo, nas rubricas de Proveitos e Ganhos em relação ao ano 2015, no valor de € 1.756.514,12. Na rubrica 72 – impostos e taxas, verificou-se um acréscimo significativo no valor de € 357.374,47 , derivado do aumento de cobrança nas rubricas de “loteamento e obras” e “ocupação da via pública”. Os Proveitos e Ganhos extraordinários, na rubrica 79, o aumento foi de € 1.046.658,47, derivado da afetação de proveitos diferidos, classificados na rubrica 2745. A rubrica 74 – Transferências e subsídios obtidos é a de maior componente, representando 42,95% do total dos proveitos. São aqui registadas todas as transferências do estado (FEF) e subsídios provenientes de fundos comunitários.

	2016	2015
	2.131.712,93	1.903.377,62
	5.259.982,53	4.902.608,06
	82.613,92	191.946,21
	9.180.777,93	8.945.921,62
	980,02	2.358,17
	4.719.112,46	3.672.453,99
	21.375.179,79	19.618.665,67

Quadro n.º5- Proveitos e Ganhos

Proveitos e Ganhos

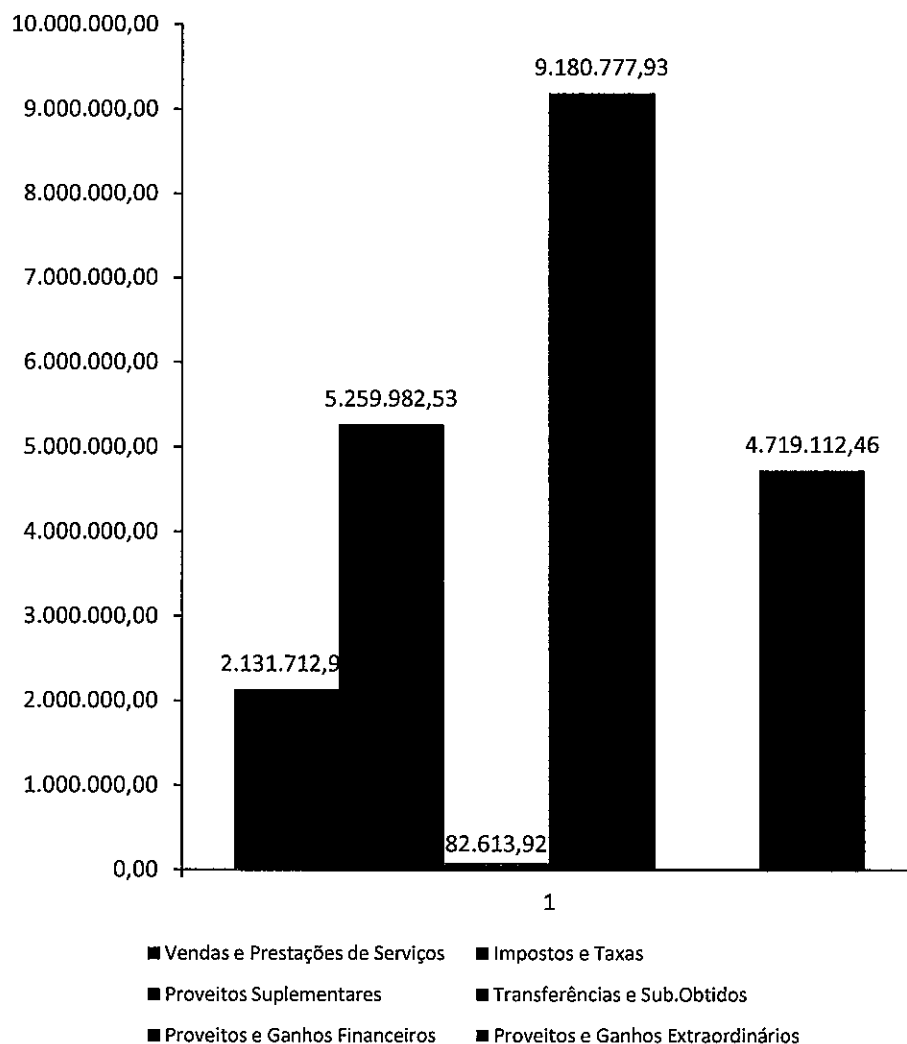


Gráfico n.º3 – Proveitos e Ganhos

3.1.2.2 – Custos e Perdas

São os Fornecimentos e Serviços Externos, Pessoal e Amortizações as componentes com maior peso. Os Fornecimentos e Serviços Externos representam um peso de 30,24% do total de custos. Esta rubrica representa os custos com a aquisição de bens e serviços do Município. O valor nominal, do custo de pessoal cresceu em € 78.945,12 , derivado da reposição de salários do pessoal do quadro. Esta rubrica representa 17,44% do total dos custos de 2016. De referir, que a rubrica com maior peso é a das amortizações, representando 36,67% da estrutura de custos. No entanto houve um decréscimo de € 340.902,07 , derivado de muitos dos ativos se encontrarem totalmente amortizados.

	2016	2015
	190.626,40	262.688,11
	7.741.336,20	7.193.232,88
	4.465.466,10	4.386.520,98
	3.591.160,98	3.969.884,91
	9.388.766,40	9.729.668,47
	161.004,44	176.241,34
	0,00	319.054,20
	12.895,99	12.432,72
	51.469,37	198.821,06
	25.602.725,88	26.248.544,67

Quadro n.º6-Custos e Perdas

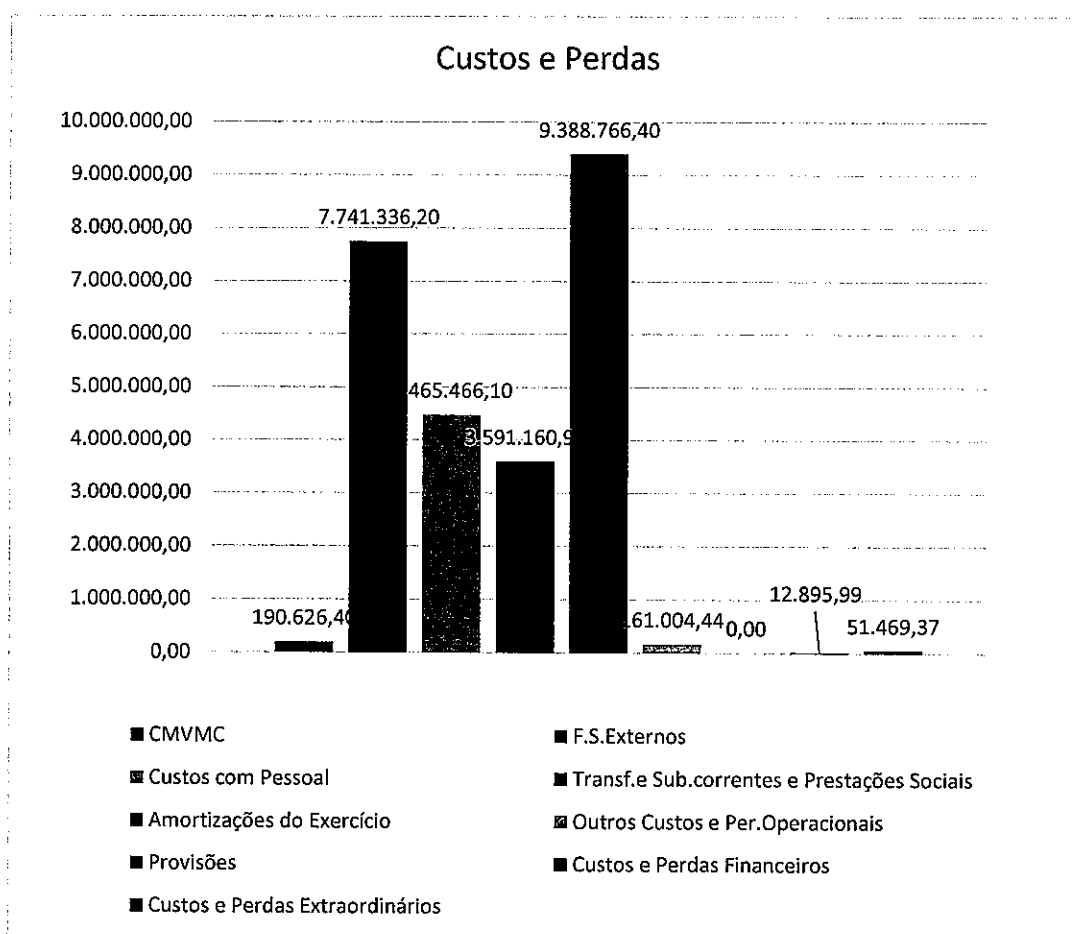


Gráfico n.º4 – Custos e Perdas

A

3.1.3 – Rácios e Indicadores

Apresentamos um conjunto de indicadores que poderão ser de interesse para a análise económico-financeira do Município. Assim, descriminamos os seguintes indicadores:

Designação	Rácio	2016	2015
Coefficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios/Passivo	207,12%	193,42%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios/Activo Total	67,44%	65,92%
Liquidez Geral	Circulante/Passivo Curto Prazo	2,27%	1,52%
Endividamento	Dívidas a 3ºs/Fundos Próprios	4,30%	4,40%

Quadro n.º7 – Rácios

Conclusões:

O coeficiente de solvabilidade, definido pela relação entre os fundos próprios e o passivo, mostra que o Município tem capacidade para resolver todos os seus compromissos. Os seus fundos próprios são 2,07 vezes superiores ao passivo;

O segundo rácio mostra que a autonomia financeira do Município é alta (67,44%). A dependência de financiamentos externos é baixa, já que os fundos próprios cobrem grande parte do ativo.

O rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade do Município fazer face às suas responsabilidades de curto prazo. Este rácio mostra que o Município de Elvas tem uma razoável capacidade de saldar os seus compromissos a curto prazo (2,27%).

O rácio de endividamento é um indicador económico que mede a importância do endividamento. Resulta da relação entre as dívidas e os fundos próprios. No caso do Município de Elvas, este rácio é baixo, significando que não há peso excessivo dos capitais alheios no financiamento das atividades municipais.

Indicadores	2016	2015
Custo Pessoal/Custos Totais	17,44%	16,71%
Custo Pessoal/Despesa Total	24,35%	18,50%
Custo Pessoal/Despesa Corrente	27,35%	27,43%
Custo Pessoal/Receita Total	24,26%	18,21%
Aquisição de Bens e S./Despesa Total	43,40%	31,85%

Impostos Diretos/Receita Total	19,02%	14,02%
Impostos indiretos/Receita Total	0,71%	0,07%
Venda de bens e S/Receita Total	0,59%	3,25%
Fundos Municipais/Receita Total	43,40%	32,66%
Receita Total Exec/Rec Tot Prevista	90,33%	94,43%
Despesa Total Exec/Disp Tot Dotada	89,97%	92,95%

Quadro n.º 8 – Indicadores

Quanto aos indicadores temos as seguintes conclusões:

- O peso dos custos de pessoal nos custos totais é de 17,44%;
- O peso dos custos de pessoal na despesa total é de 24,35%;
- O peso dos custos de pessoal na despesa corrente é de 27,35%;
- O peso dos custos de pessoal em relação à receita total é de 24,26%;
- O peso da aquisição de bens e serviços em relação à despesa total é de 43,40%;
- O peso dos impostos diretos em relação à receita total é de 19,02%;
- O peso dos impostos indiretos em relação à receita total é de 0,71%;
- O peso da venda de bens em relação à receita total é de 0,59%;
- O peso dos Fundos Municipais em relação à receita total é de 43,40%;
- O peso da Receita total executada em relação à receita total orçada é de 90,33%
- O peso da Despesa total executada em relação à despesa total orçada é de 89,97%

Resumo dos Resultados 2015:

❖ RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A):	(10.092.437,88)
❖ RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A)	-10.074,55
❖ RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C)	(10.103.511,93)
❖ RESULTADOS LIQUIDO DO EXERCÍCIO: (F)-(E)	(6.629.879,00)

Resumo dos Resultados 2016:

❖ RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A):	(8.883.273,21)
❖ RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A)	-11.915,97
❖ RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C)	(8.895.189,18)
❖ RESULTADOS LIQUIDO DO EXERCÍCIO: (F)-(E)	(4.227.546,09)

3.2. – Nota aos Fluxos de Caixa

Em notas aos Fluxos de Caixa devem ser feitas as seguintes divulgações:

- Discriminação dos componentes da Caixa e Depósitos Bancários:

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa		
	2016	2015
Depósitos e Aplicações Financeiras	597.481,06	1.028.740,77
Caixa	32.551,74	33.233,59
TOTAL	630.031,80	1.061.974,36

Quadro n.º 9 – Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

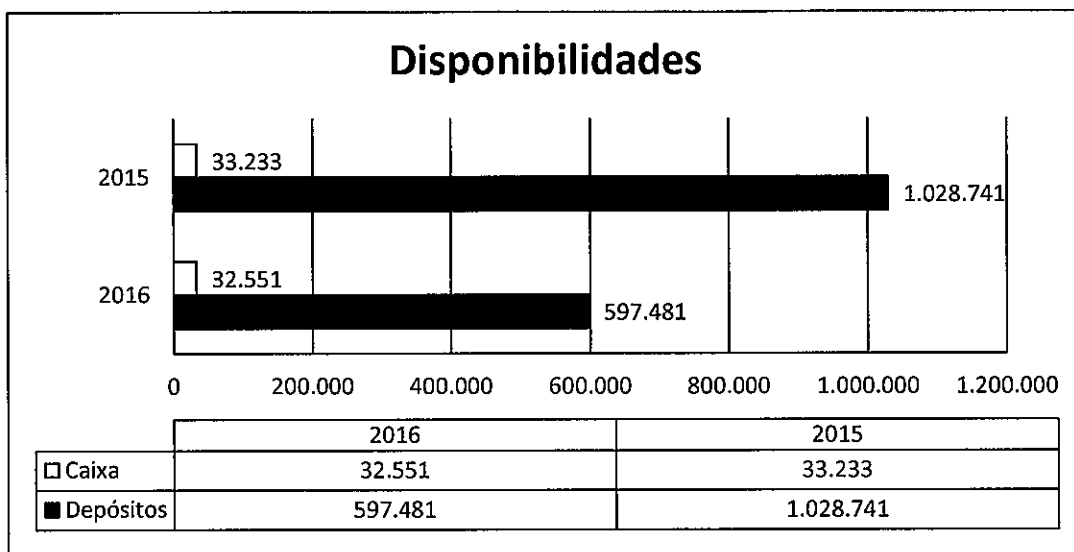


Gráfico n.º 5 – Disponibilidades

No ano 2015 encontra-se incluído € 85.000,00 contabilizados como títulos negociáveis, inexistentes no ano 2016.

Os mapas de pagamentos e recebimentos (fluxos de caixa), encontra-se nos documentos que compõem a prestação de contas. As contas de ordem, são demonstradas no ponto 8.2.26 das notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

4 – Dívida do Município

4.1 – Estrutura e Evolução da dívida de Curto-Prazo

A estrutura e evolução da dívida do Município, de curto prazo podem ser apreciadas através do gráfico seguinte:

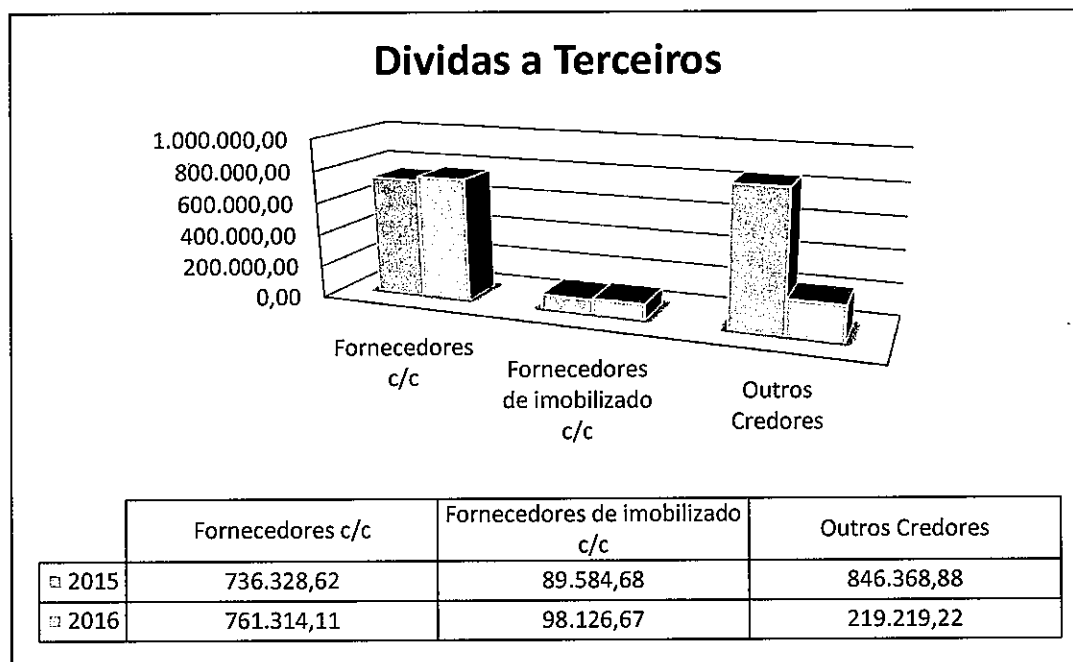


Gráfico n.º 6 – Dívidas a Terceiros

No gráfico acima estão representados as rubricas com maior relevância para as Dívidas a terceiros de Curto – Prazo. Refira-se que estes valores são dívidas correntes, que são liquidadas até final de Dezembro do ano seguinte. Na rubrica “Outros Credores” encontra-se registado o valor referente à faturação do fornecimento de água em alta (Águas de Lisboa e Vale do Tejo), águas em baixa, apoios sociais, impostos a pagar em Janeiro de 2017 e à contribuição dos municípios do Fundo de Apoio Municipal, estipulado no n.º1 do art.º17.º da nova Lei das Finanças Locais (RJRFM).

4.2 – Estrutura e Evolução da dívida de Médio e Longo Prazo

O seguinte gráfico ilustra a diminuição da dívida de empréstimos contraídos a instituições bancárias e ao IRHU. Em 2015 a dívida era de € 1.043.890,18, aumentando em 2016, para € 1.337.244,36. Este aumento deve-se ao fato do FAM ter sido reclassificado em dividas a terceiros de médio e longo prazo. Em termos globais o endividamento diminui, conforme se pode verificar no balanço. Foi efetuada a distinção dos empréstimos e FAM, a curto, médio e longo prazo, conforme demonstrado no quadro abaixo e pelo disposto no POCAL, em que as subcontas devem ser subdivididas em empréstimos de curto-prazo (reembolsáveis no prazo máximo de 1 ano, ou seja, no ano seguinte à elaboração do Balanço), e de médio e longo prazo. Anualmente, com o encerramento de contas, as dividas a pagar no exercício seguinte, que se encontram registadas em “médio e longo prazo” deverão ser transferidas para curto prazo.

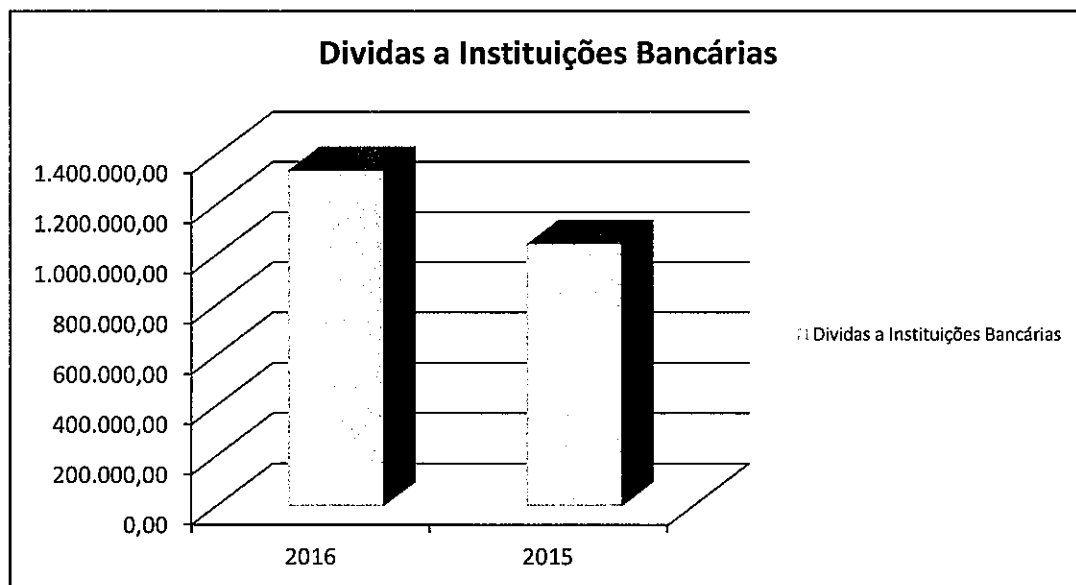


Gráfico n.º 7 – Dívidas a instituições bancárias

Conta	Banco	Total 31.12.16	CP	MLP
2312106	CGD/0017/387/0019	133.774,00	44.132,51	89.641,49
2312301	I.N.H./11.0012.2.00.9	32.511,00	4.545,21	27.965,79
2312302	I.N.H./11.0085.2.00.1	877.289,00	114.232,91	763.056,09
		1.043.574,00	162.910,63	880.663,37

Quadro n.º 10 – Repartição Curto prazo

4.3 – Aferição da Dívida Total 2016

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), o limite da dívida total para cada município é apurado do seguinte modo:

"A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores". Neste caso para o Município de Elvas o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada em 2014, 2015 e 2016 é de 24.213.519,00 €.

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI, sendo que para os municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do mesmo diploma:

"(...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

As leis dos Orçamentos de Estado para os anos de 2015, 2016 e 2017 têm previsto que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Por via das alterações preconizadas pelo Orçamento de Estado para o ano de 2016 à legislação em vigor, nomeadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. A exceção referida no n.º 5 do artigo 52.º aplicar-se-á exclusivamente a novos contratos celebrados no decorrer do ano de 2016, posteriormente à entrada em vigor do OE 2016, tendo ainda em consideração, os contratos celebrados ao abrigo do QREN.

Determina, ainda, a Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017 que, sempre que, por acordo com a administração central, uma autarquia local assuma a realização de despesa referente à contrapartida nacional de projectos cofinanciados por fundos europeus e certificada pela autoridade de gestão, a mesma não releva para o cumprimento das obrigações legais estabelecidas quanto ao limite da dívida total previsto no RFALEI. O Município de Elvas não se enquadra neste último caso.

Limite da dívida total artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Dívida Total (31-12-2016)						Montante em excesso (7)=(6)-(0), se (6)>(0)	Margem (8)=(0)-(6), se (6)<(0)
	Total da dívida a terceiros	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais e exceções Lei n.º73/2013	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais, exceções previstas Lei 73/2013 e FAM		
	Incluindo dívidas não orçamentais e FAM							
0	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
24.213.519,08	3.170.766,09	263,70	3.171.029,79	557.049,37	570.782,41	2.043.198,01	0,00	22.170.321,07

Quadro n.º 11 – Cálculo margem de endividamento

Margem utilizável em 01/01/2016	Excluindo dívidas não orçamentais, exceções previstas Lei 73/2013 e FAM em 01/01/2016	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
(9) 20% da margem absoluta (21:371.619,00)	(10)	(11)=[(9)-[(6)- (10)], se (9)>0 e (6)<[(10)+(9)]]
4.274.323,80	2.841.900,09	5.073.025,88

Quadro n.º 12 – Margem disponível de endividamento

5 - Aferição do Cumprimento da Regra do Equilíbrio

N.º Contrato	Prazo de vencimento	Capital Utilizado	Capital em Dívida	Encargos 2016	Amortização média
CGD/0017/387/0019	3	836.045,00	133.773,69	44.177,00	44.591,23
INH/11.0012.2.00.9	7	90.327,00	32.511,39	4.545,21	4.644,48
INH/11.0085.2.00.1	9	2.118.554,00	877.288,99	114.232,91	97.476,55
TOTAL			1.043.574,07	162.955,12	146.712,27

Quadro n.º 13 - Amortização média 2016

REGRA DO EQUILIBRIO

Execução Despesa Corrente 2016	16.463.939,73
Amortização média	146.712,27
Sub-Total	16.610.652,00
Execução Receita Corrente 2016	16.164.664,01
Margem de Equilíbrio (art.º 40 Lei 73/2013)	-445.987,99

Quadro n.º 14 - Margem de equilíbrio

Pelo disposto no n.º 3 do Art.º 40 o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. Esta condição pode verificar-se no orçamento para 2017:

Receitas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	15.323.307	Correntes	14.066.380
Capital	3.323.079	Capital	4.580.006
Total:	18.646.386	Total:	18.646.386
Serviços Municipalizados	0	Serviços Municipalizados	0
Total Geral:	18.646.386	Total Geral:	18.646.386

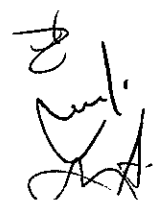
Receitas Correntes: 15.323.307 €
Despesas Correntes: 14.066.380 €
Compensado em 2017 pela diferença: 1.256.927 €

Quadro n.º 15 - Verificação do n.º 3 do art.º 40.º da Lei 73/2013

3

6 – Proposta de aplicação dos resultados

De acordo com a demonstração de resultados do ano 2016, o Resultado Líquido Negativo do exercício foi de € 4.227.546,09, valor que se encontra evidenciado no Balanço e nos termos do ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se que o Resultados Líquidos Negativos sejam transferidos para a conta 59-Resultados Transitados.



7 – Considerações Finais

O ano de 2016, foi um ano em que o Município deu continuidade aos programas sociais e todas as atividades culturais dos anos anteriores.

Apesar dos resultados líquidos serem negativos, continuou a recuperação do valor em € 2.402.332,91 , em relação ao resultado líquido do ano anterior.

Os objetivos definidos pelo POCAL estão consolidados, permitindo ao Município de Elvas uma integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e orçamental numa contabilidade pública moderna.

O POCAL assume uma função importante no apoio à decisão e resolução de problemas, ajudando a minimizar custos e racionalizar o património e definir planeamento estratégico para o concelho de Elvas.

O Relatório e Contas 2016, reflete a atividade económica, de custos e patrimonial do Município de Elvas em 2016, assim como os aspetos legais impostos pelo POCAL. No entanto, refere-se que não existe contabilidade de custos.

27

CONTAS

[Handwritten signature]

Município de Elvas					
BALANÇO					
ANO : 2016					
Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	100.265.870,41	65.508.013,76	34.759.856,65	41.091.925,61
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3.782.249,36	334.730,95	3.447.518,43	3.426.441,63
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	115.491,06		115.491,06	21.156,80
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
456	Mobiliário Urbano	1.505.419,69	338.759,13	1.166.660,56	1.254.625,13
		105.669.030,54	66.179.503,84	39.489.526,70	45.794.049,17
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	195.754,50	195.754,50		2.170,27
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.438.938,45	1.078.427,67	360.510,78	527.862,07
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
434	Equipamento Básico				
		1.634.692,95	1.274.182,17	360.510,76	530.032,34
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	8.707.925,48		8.707.925,48	10.516.791,90
422	Edifícios e outras construções	63.874.907,68	10.611.640,23	53.263.267,45	52.691.980,55
423	Equipamento básico	2.510.054,38	2.472.456,00	37.598,38	62.057,12
424	Equipamento de transporte	3.731.647,93	3.058.807,44	672.840,49	827.020,31
425	Ferramentas e utensílios	310.979,96	288.365,61	22.614,35	21.121,36
426	Equipamento administrativo	1.951.490,30	1.895.224,86	56.265,42	47.697,83
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	4.094.670,93	3.460.420,59	634.250,34	706.587,29
442	Imobilizações em curso	220.254,81		220.254,81	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		85.401.931,47	21.786.914,75	63.615.016,72	64.873.256,36
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	1.170.157,00		1.170.157,00	1.170.157,00
412	Obrigações e títulos de participação	799.096,41		799.096,41	799.096,41
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		1.969.253,41	0,00	1.969.253,41	1.969.253,41
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	617.362,29		617.362,29	669.841,96
35	Produtos e trabalhos em curso				

Município de Elvas					
BALANÇO					
ANO : 2016					
Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		617.362,29	0,00	617.362,29	669.841,98
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	5.933,40		5.933,40	11.861,93
211	Clientes, c/c	143.552,34		143.552,34	58.409,19
212	Contribuintes, c/c	14.066,35		14.066,35	19.186,35
213	Utentes, c/c	418.920,20		418.920,20	216.074,08
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	572.552,10	572.552,10		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	31.263,91		31.263,91	31.263,91
24	Estado e outros entes públicos	187.825,23		187.825,23	132.324,62
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	497.192,52		497.192,52	685.468,96
		1.871.306,05	572.552,10	1.298.753,95	1.154.589,04
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				85.000,00
		0,00		0,00	85.000,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	597.481,06		597.481,06	943.740,77
11	Caixa	32.550,74		32.550,74	33.232,59
		630.031,80		630.031,80	976.973,36
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	637.914,35		637.914,35	542.707,38
272	Custos diferidos	680.372,00		680.372,00	733.847,37
		1.318.286,35		1.318.286,35	1.276.554,75
	Total de amortizações		89.240.600,76		
	Total de provisões		572.552,10		
	Total do activo	199.111.894,86	89.813.152,86	109.298.742,00	117.329.550,41

Município de Elvas			
BALANÇO			
ANO : 2016			
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
	Fundos próprios		
51	Património	107.503.910,16	107.503.060,16
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	420.559,54	420.559,54
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	585.171,62	
576	Doeções		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	-30.581.151,53	-23.951.272,53
88	Resultado líquido do exercício	-4.227.546,06	-6.629.879,00
		73.710.943,70	77.343.268,17
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	77.134,40	77.134,40
		77.134,40	77.134,40
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dividas a instituições de crédito	880.618,95	1.043.890,18
2681261	Fundo de Apoio Municipal - Médio e Longo Prazo	456.625,41	
		1.337.244,36	1.043.890,18
	Dividas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	162.955,12	162.639,01
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	761.314,19	736.328,62
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	22.824,79	
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	845,20	845,20
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	98.126,67	89.584,68
24	Estado e outros entes públicos	57.583,42	52.707,73
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	105.062,22	846.368,88
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção	11.637,51	
265	Operações de Tesouraria	499.035,77	592.461,11
2681262	Fundo de Apoio Municipal - Curto Prazo	114.157,00	
		1.833.521,73	2.480.935,23
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1.022.528,82	1.167.877,86

Município de Elvas			
BALANÇO			
		ANO : 2016	
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
274	Proveitos diferidos	31.317.368,99	35.216.444,78
		32.339.897,81	36.384.322,43
	Total dos fundos próprios e do passivo	109.298.742,00	117.329.550,41

Município de Elvas
Demonstração de resultados

ANO: 2016

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016		2015	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	190.626,40	190.626,40	262.688,11	262.688,11
62	Fornecimentos e serviços internos	7.741.336,20		7.193.232,88	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	3.523.263,16		3.488.345,67	
643 a 648	Encargos sociais	942.202,92	12.206.802,30	898.175,11	11.579.753,86
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	3.591.160,98	3.591.160,98	3.969.894,91	3.969.894,91
66	Amortizações do exercício	9.388.766,40		9.729.668,47	
67	Provisões do exercício	0,00	9.388.766,40	319.054,20	80.048.722,67
65	Outros custos e perdas operacionais	161.004,44	161.004,44	176.241,34	176.241,34
	(A) -----		25.538.360,52		26.037.290,89
68	Custos e perdas financeiros	-12.895,99	12.895,99	12.432,72	12.432,72
	(C) -----		25.551.266,51		26.049.723,61
69	Custos e perdas extramunicipais	51.469,37	51.469,37	198.821,06	198.821,06
	(E) -----		25.602.725,88		26.248.544,67
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-4.227.546,09	0,00	-5.629.879,00
			21.375.179,79		19.618.665,67
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	633.958,24		593.029,26	
713	Rendias e Aluguéis	1.481.397,45		1.302.321,19	
7114	Vendas de Bens	16.357,24		8.027,17	
7117	Devolução de Vendas	0,00	2.131.712,93	0,00	1.903.377,62
72	Impostos e taxas	5.259.982,53		4.902.608,06	
	Variação de produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	82.613,92		191.946,21	
74	Transferências e subsídios obtidos	9.180.777,93		8.945.921,62	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	14.523.374,38	0,00	14.040.475,89
	(B) -----		16.655.087,31		15.943.853,51
78	Proveitos e ganhos financeiros	980,02	980,02	2.368,17	2.368,17
	(D) -----		16.655.067,33		15.946.211,68
79	Proveitos e ganhos extramunicipais	4.719.112,46	4.719.112,46	3.672.453,99	3.672.453,99
	(F) -----		21.375.179,79		19.618.665,67

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A):	-8.883.273,21	-10.083.437,38
Resultados financeiros: (D)-(C)-(A):	-11.915,97	-10.074,55
Resultados correntes: (D)-(C):	-8.895.189,18	-10.103.511,93
Resultados líquido do exercício: (F)-(E):	-4.227.546,09	-5.629.879,00

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.1. – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 – Identificação da Entidade

a)	MUNICIPIO DE ELVAS	b) 2016
----	--------------------	------------

1	NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 501 272 968
---	---

2	ENDEREÇO POSTAL: RUA ISABEL MARIA PICÃO S/N 7350-953 ELVAS TELEFONE: 268 639 740
---	---

3	REGIME FINANCEIRO E OUTROS ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO:
---	--

4	NUMERO DE ELEITORES..... 19328 FONTE: Diário da Republica 2ª Série n.º 43 de 01 de Março Mapa n.º2/2017
---	--

5	LEGISLAÇÃO (CONSTITUIÇÃO, ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO, QUADRO APLICÁVEL):
---	--

6	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA		
	DATA DE APROVAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	DIARIO DA REPÚBLICA
Estrutura Orgânica	05-12-2016	01-03-2017	n.º43/2017 II Série
Mapa de Pessoal	05-12-2016	06-12-2016	Edital n.º279
Reestruturação dos Serviços	05-12-2016	01-03-2017	n.º43/2017 II Série

7	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES: Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado do Concelho, proporcionando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos
---	---

8	RECURSOS HUMANOS - IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO E, QUANDO APLICÁVEL, DOS RESPONSÁVEIS PELA DIREÇÃO DA ENTIDADE: Presidente: Nuno Miguel Fernandes Mocinha Vice-Presidente: Manuel Joaquim Silva Valério Vereadores: José António Rondão Almeida Elsa da Purificação Ambrósio Grilo Tiago Patrício Monteiro Telo de Abreu Vitória Júlia Damião Rita Branco Tiago Joaquim Lopes Afonso
---	--

RESUMO (N.º DE MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO)	
Em regime de Permanência	4
A meio tempo	0

Outros	3
OBSERVAÇÕES:	

9	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA: BREVE DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA
INFORMÁTICO UTILIZADO/EXISTENTE; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES, QUANDO EXISTIREM; EXISTÊNCIA OU NÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO E, EM CASO AFIRMATIVO, BREVE DESCRIÇÃO DO SISTEMA UTILIZADO E DO MODO DE ARTICULAÇÃO COM A CONTABILIDADE CENTRAL: Sistema de Contabilidade Autárquica ; Sistema de Gestão de Stocks; Sistema de Inventariação e Cadastro (AIRC)	

10	INDICADORES DE GESTÃO:
Fundo de Equilíbrio Municipal 2016	7.210.535,00
Fundo Social Municipal	390.255,00
Fundo de Financiamento Freguesias	0,00
Receitas Correntes Ano Anterior ao da gerência em apreciação	16.246.509,08
Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	7.803.113,36
Despesas com Pessoal do Quadro	2.416.086,33
Despesas com Pessoal em qualquer outra situação	46.753,81
Dividas a Receber de Terceiros	1.298.753,95

11	ACÇÕES INSPECTIVAS:	
Identificação das acções inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:		
Data da acção	Período Abrangido	Entida de
03/07/2015 a 31/03/2016	2008/2015	IGF
a decorrer	2012/2015	IGF

12	INDICAÇÃO DA QUOTA PARTE DAS AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS FINANCEIROS RESULTANTES DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS EM QUE A ENTIDADE PARTICIPE E OU EMP.P.MUNICIPAIS	
DESIGNAÇÃO:		UN.EUROS

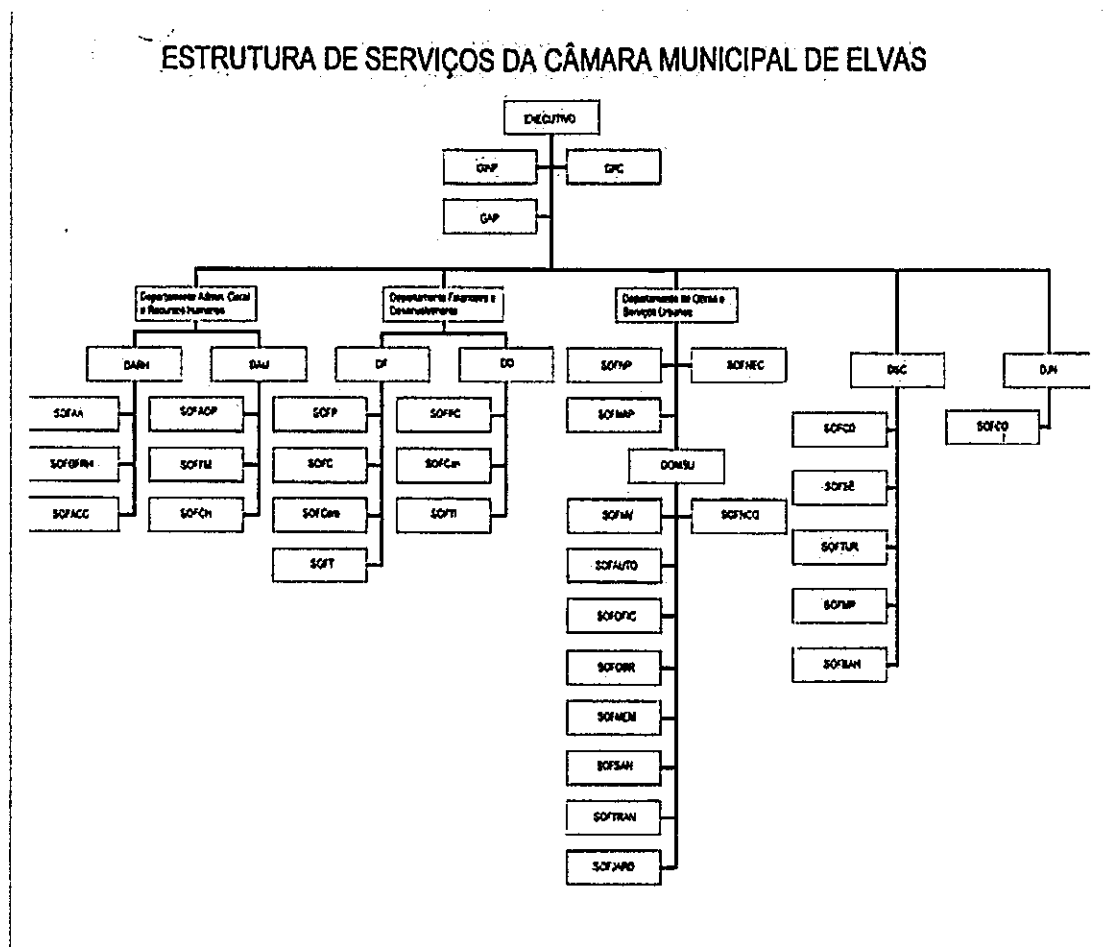
13	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:	
A Entidade tem Serviços Municipalizados?	-	NÃO
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		

14	REGULAMENTOS/DIRECTIVAS INTERNAS		
A Entidade tem regulamentos/directivas internas relativos às áreas contabilística, financeira e de controlo interno?		SIM	-
Se respondeu sim, especifique quais e indique, no caso de recurso a empresas de consultadoria ou auditoria, as áreas de actuação abrangidas:			
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, R.O.C. Lda. - Área Financeira			
Normas de Controlo Interno			

15	DOCUMENTOS DE GESTÃO:		
	Data de Aprovação O.Executivo	Data de Aprovação O.Deliberativo	Observações
Grandes Opções Plano	23-11-2016	05-12-2016	GOP 2017
Orçamento	23-11-2016	05-12-2016	Orçamento 2017
Documentos P.Contas	13-04-2016	28-04-2016	Prestação de Contas 2015
16	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE:		

8.1.3 – Estrutura Organizacional

Abaixo se identifica a estrutura organizacional para 2017, aprovada em sessão de assembleia municipal de 05-12-2016:



8.1.5 Recursos Humanos

O registo dos eleitos para os órgãos das autarquias locais ao abrigo do Art.º 234.º da lei eleitoral é o abaixo indicado:

NOME	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Nuno Miguel Fernandes Mocinha	Presidente	31.522,04	01-01-2016 a 31-12-2016	Estrada da carvalha, 33 7350-313 Elvas
Elsa da Purificação Ambrósio Grilo	Vereadora s/pelouro	23.228,28	01-01-2016 a 31-12-2016	Estrada da calçadinha - Chafariz D'El Rei, 7350-466 Elvas
José António Rondão Almeida	Vereador s/pelouro	21.140,17	01-01-2016 a 31-12-2016	Quinta N.Sra. Da Conceição Estrada do Caia - 7350 Elvas
Manuel Joaquim Silva Valério	Vice- Presidente	26.372,38	01-01-2016 a 31-12-2016	Rua Joaquim Bastinhas, 3 r/c Drt.º 7350-312 Elvas
Tiago Patrício Monteiro Telo de Abreu	Vereador s/pelouro	9.290,67	01-01-2016 a 31-12-2016	Rua Conselheiro António Ventura Coelho, 10 7350-291 Elvas
Vitória Julia Damião Rita Branco	Vereadora	31.121,44	01-01-2016 a 31-12-2016	Monte de Festas - Amoreiras Calçadinha - 7350-466 Elvas
Tiago Joaquim Lopes Afonso	Vereador	24.916,45	01-01-2016 a 31-12-2016	Vivenda Nova - Calçadinha 7350-157 Elvas

8.1.6 Organização Contabilística

O Município de Elvas tem o seu sistema contabilístico organizado, de forma a registar toda a informação financeira necessária à tomada de decisão. Diariamente são registados todos os movimentos de receita e despesa, bem como, todos os movimentos de contabilidade patrimonial. Os outputs extraídos são, mapa de fluxos de caixa, resumo diário de tesouraria, balancete analítico. O sistema informático em utilização é a plataforma da AIRC, sendo utilizados o SCA, GES, OAD, SIC, GEP, SCE, para obtenção de dados financeiros e contabilísticos.

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, tendo como convenção os princípios contabilísticos da continuidade, especialização dos exercícios, custo histórico, substância sobre a forma e da não compensação.

As informações apresentadas neste documento visam respeitar os conteúdos exigidos pelo POCAL, e a necessidade de informação a todas as partes interessadas na Prestação de Contas do Município de Portimão, sendo que foi reservado para o relatório de gestão todos os comentários analíticos necessários. Os pontos que se seguem respeitam a numeração equivalente ao POCAL.

8.2.2 Valores Comparativos

O Balanço e as Demonstrações Financeiras são comparáveis com o ano de 2015 de uma forma geral. Não houve qualquer alteração ao nível das políticas contabilísticas que induza dificuldades comparativas em relação aos anos anteriores. Assim, os registos contabilísticos de existências, imobilizado, acréscimos e diferimentos, amortizações acumuladas e do exercício são comparáveis com as do ano 2015, excetuando na aletração da vida útil de amortização do bem “Forte da Graça”. No ano 2015, a vida útil era de 150 anos (valor por defeito SIC) e que, derivado do contrato de concessão ter vigência de 50 anos e ser este o período de gestão e exploração do Município de Elvas sobre o ativo, considerou-se necessário esta alteração. A conta 575, também não é comparável, no que diz respeito à transferência de subsídios imputados a esta conta. Fato este, que se deve aos bens financiados não serem amortizáveis.

8.2.3 Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras têm como suporte os registos contabilísticos e a respetiva documentação, tendo-se seguido na sua preparação os princípios do POCAL.



Os principais critérios valorimétricos foram os seguintes:

- **Bens do Domínio Privado Municipal** - foram valorizados ao custo de aquisição ou de produção. No caso de inventariação inicial de ativos, cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, de transferência de ativos sem registos contabilístico e, ainda, em relação aos ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, considerou-se o valor patrimonial definido nos termos legais. Caso não exista disposição legal aplicável, optou-se por adotar o valor resultante da avaliação segundo critérios que se adequem à natureza desses bens (justo valor, valor de trabalho, valor de uso, valor de troca). O critério de valorimetria aplicável quando não for possível conhecer o valor de aquisição ou de produção e, cumulativamente, quando não exista disposição legal aplicável em matéria de avaliação, em ambos os casos definidos nos termos legais, é o do valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza do bem.

- **Bens de Domínio Público** – foram valorizados pelo Método do Custo, sendo o terreno objeto de avaliação, apenas, nas situações em que o mesmo está inscrito a favor do Município de Elvas.

- **Imobilizações Incorpóreas** – estas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas de amortização constantes pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril.

- **Imobilizações Corpóreas** - estas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas de amortização constantes pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril.

- **Partes de Capital** - Os bens incluídos nesta conta, encontram-se individualizados pelos seus momentos de subscrição e estão valorizados pelo seu valor de aquisição ou montantes das participações. São registadas ao custo e testadas quanto à imparidade anualmente. Não existiram imparidades em 2016.

- **Acréscimos e Diferimentos** – em obediência ao princípio da “especialização” registam-se as seguintes situações:

- Os encargos com férias, subsídio de férias e mês de férias, foram contabilizados em 2016.

- Nos Proveitos diferidos efetuou-se a contabilização para proveitos do exercício, de subsídios recebidos para candidaturas já concluídas, tendo em conta as amortizações efetuadas. Contabilizaram-se também, os impostos diretos recebidos em Janeiro de 2016, sendo os proveitos referentes a dezembro de 2015;
- Os encargos com os seguros de viaturas e de outras situações, foram especializadas.
- Os acréscimos de custo com despesas bancárias, refeitórios escolares, serviços publicitários, aluguer da pista de gelo e iluminação de natal.
- Os acréscimos de proveitos com faturas de serviços e bens a receber em 2016.

- **Existências** – são valorizadas ao custo de aquisição relativamente às entradas em armazém, adicionando as despesas adicionais de compra. Relativamente às saídas, o critério valorimétrico é o custo médio ponderado.

8.2.6 Despesas de Investigação e Instalação

As despesas de instalação e de investigação referem-se às imobilizações incorpóreas, onde estão abrangidas, as licenças de Software das várias aplicações utilizadas para o funcionamento da edilidade. São amortizadas no prazo máximo de 5 anos.

8.2.7 Movimentos ocorridos nos mapas de imobilizado

Os movimentos ocorridos nas rubricas de imobilizado constantes no balanço foram os seguintes:

IMOBILIZADO BRUTO

De Bens de domínio público	45			
Terrenos e recursos naturais	451	0	0	0
Edifícios	452	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	453	100.265.870,41	65.506.013,76	34.759.856,65
Bens do património histórico, artístico e cultural	455	3.782.249,38	334.730,95	3.447.518,43
Mobiliário Urbano	456	1.505.419,69	338.759,13	1.166.660,56
Outros bens de domínio público	459	0	0	0
Imobilizações em Curso	445	115.491,06	0	115.491,06
Adiantamentos por conta bens de domínio público	446	0	0	0
		105.669.030,54	66.179.503,84	39.489.526,70

De Imobilizações incorpóreas	43			
Despesas de instalação	431	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial e outros direitos	433	1.438.938,45	1.078.427,67	360.510,78
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	432	195.754,50	195.754,50	0,00
		1.634.692,95	1.274.182,17	360.510,78
De Imobilizações Corpóreas	42			
Terrenos e recursos naturais	421	8.707.925,48	0	8.707.925,48
Edifícios e outras construções	422	63.874.907,68	10.611.640,23	53.263.267,45
Equipamento básico	423	2.510.054,38	2.472.456,00	37.598,38
Equipamento de transporte	424	3.731.647,93	3.058.807,44	672.840,49
Ferramentas e utensílios	425	310.979,96	288.365,61	22.614,35
Equipamento administrativo	426	1.951.490,30	1.895.224,88	56.265,42
Taras e vasilhame	427	0	0	0,00
Outras imobilizações corpóreas	429	4.094.670,93	3.460.420,59	634.250,34
Imobilizações em curso	442	220.254,81	0	220.254,81
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	448	0	0	0,00
		85.401.931,47	21.786.914,75	63.615.016,72
De Investimentos Financeiros	41			
Partes de Capital	411	1.170.157,00	0,00	1.170.157,00
Obrigações e Títulos de Participação	412	799.096,41	0	799.096,41
Investimentos em Imóveis	414		0	0,00
			0	0,00
Outras construções	415			
		1.969.253,41	0,00	1.969.253,41
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	0	0	0
Obrigações e títulos de participação	492	0	0	0
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	0	0	0

Títulos de dívida pública	4952	0	0	0
Outros títulos	4953	0	0	0

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	58.925.348,83	6.580.664,93	0,00	65.506.013,76
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	168.851,57	165.879,38	0,00	334.730,95
Mobiliário Urbano	4856	243.544,24	95.214,89	0,00	338.759,13
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
		59.337.744,64	6.841.759,20	0,00	66.179.503,84
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	193.584,23	2.170,27	0,00	195.754,50
Propriedade industrial e outros direitos	4833	676.078,19	402.349,48	0,00	1.078.427,67
Equipamento Básico - Licença de Software	484				
		869.662,42	404.519,75	0,00	1.274.182,17
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	7.265.076,23	1.192.226,66	333,33	8.457.636,22
Outras construções	48222	1.701.732,10	452.938,57	0,00	2.154.670,67
Equipamento básico	4823	2.449.501,30	24.458,74	1.504,04	2.475.464,08
Equipamento de transporte	4824	2.814.878,50	243.928,94	0,00	3.058.807,44
Ferramentas e utensílios	4825	278.087,18	10.278,43	0,00	288.365,61
Equipamento administrativo	4826	1.871.151,48	31.651,96	7.578,56	1.909.381,00
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	3.273.651,50	187.004,15	235,06	3.460.890,71
		19.654.078,29	2.142.487,45	9.650,99	21.806.216,73

De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Edifícios e outras construções:</i>	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Outras aplicações financeiras:</i>	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00

ATIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Síntese+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
462 Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
463 Outras construções e infraestruturas	108.917.174,44	-337,30	193.448,18	0,00	55.985,15	100.265.878,41
486 Bens de património histórico, artístico e cultural	3.595.293,28	0,00	33.721,30	0,00	153.234,88	3.782.249,36
489 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Instituições em curso	21.195,00	0,00	296.223,50	0,00	-281.869,32	115.491,86
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	103.533.634,44	-337,30	523.393,14	0,00	6.938,63	104.163.618,98
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	195.754,90	0,00	0,00	0,00	0,00	195.754,90
433 Propriedade industrial e outros direitos	1.203.940,25	0,00	234.996,15	0,00	0,00	1.438.936,40
443 Instituições em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
448 Adiantamentos por conta de instituições incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.399.694,76	0,00	234.996,15	0,00	0,00	1.634.690,91
421 Terrenos e recursos naturais	18.516.791,98	0,00	179.436,08	55.608,00	-1.932.702,42	8.787.925,44
422 Edifícios e outras construções	61.698.798,00	0,00	200.580,48	10.000,00	2.825.668,48	63.874.967,56
423 Equipamento básico	2.511.598,42	0,00	0,00	0,00	-1.584,84	2.510.013,58
424 Equipamento de transporte	3.641.886,81	0,00	105.962,48	0,00	-16.213,36	3.731.635,93
425 Ferramentas e utensílios	298.288,54	0,00	11.771,42	0,00	0,00	310.059,96
426 Equipamento administrativo	1.918.848,31	0,00	40.219,58	0,00	-7.578,95	1.951.489,30
427 Têxteis e vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras instituições corpóreas	3.980.238,79	0,00	107.146,98	0,00	7.385,16	4.094.670,93
442 Instituições em curso	0,00	-4.017,41	134.868,83	0,00	-99.796,51	220.254,81
448 Adiantamentos por conta de instituições corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	84.527.334,82	-4.017,41	569.155,64	65.608,00	-24.941,43	86.401.931,47
411 Partes de capital	1.170.157,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.170.157,88
412 Obrigações e títulos de participação	799.896,41	0,00	0,00	0,00	0,00	799.896,41
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.969.253,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.969.253,41

8.2.8 Discriminação dos mapas de imobilizado

Esta discriminação encontra-se em anexo à Prestação de Contas, dado o enorme volume de informação.

8.2.9 – Empréstimos obtidos para financiar imobilizações

Durante o ano de 2016 não foi contratado qualquer empréstimo para financiar imobilizações.

Abaixo encontram-se os empréstimos a decorrer de anos anteriores.

Caracterização Do Empréstimo	Instituição Financeira		Capital		Encargos do ano		
			Contratado	Utilizado	Amortizações	Juros	TOTAL
<i>Médio e Longo Prazo:</i>							
CGD/0017/387/0019	C.G.D	Habitação Social	836.046	836.046	44.177	786	44.963
INH/11.0012.2.00.9	I.N.H	Habitação Social	90.327	90.327	4.545	194	4.739
INH/11.0085.2.00.1	I.N.H	Habitação Custos Controlados	2.118.554	2.118.554	114.233	5.367	119.600
TOTAL			3.044.927	3.044.927	162.955	6.347	169.302

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio publico que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

Os bens de domínio publico não amortizáveis: terrenos e recursos naturais, espaços verdes, bem como os bens do patrimonio histórico, artístico e cultural. Não são objeto de amortização em conformidade no disposto na alinea g) n.º1 do art.º 36.º da Portaria n.º671/2000 que regulamenta o CIBE.

N.º Inv.	Grupo Homogéneo	Descrição	Valor de aquisição	Valor atualizado
16550	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória das Sochinhas	- €	2.622,95 €
16551	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória das Fontainhas	- €	1.053,34 €
16552	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória da Zona Industrial	- €	1.251,52 €
16553	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória do Moinho de Vento	- €	930,95 €
16554	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória de Santa Eulalia	- €	11.023,45 €
16555	401 05 99E Outras infra-estruturas	Etar das Pias	- €	79.200,00 €
16556	401 05 99E Outras infra-estruturas	Etar Santa Eulalia	- €	49.000,00 €

16557	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fossa séptica ent. da Calçadinha	- €	665,50 €
16558	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fossa séptica ent. da Aldeia da Cruz	- €	665,50 €
16559	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fossa séptica ent. de Varche	- €	665,50 €
16560	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - Ajuda Salvador e Santo Ildefonso	- €	65.119,40 €
16561	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - Alcaçova	- €	100.630,51 €
16562	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - Assunção	- €	345.677,22 €
16563	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - Elvas	- €	43.829,77 €
16564	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - Caia e São Pedro	- €	202.677,45 €
16565	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - São Bras e São Lourenço	- €	84.413,28 €
16566	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - São Vicente e Ventosa	- €	40.321,70 €
16567	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - Santa Eulalia	- €	58.033,67 €
16568	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - Terrugem	- €	59.933,45 €
16569	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - Vila Boim	- €	57.735,84 €
16570	401 05 99E Outras infra-estruturas	Drenagem - Vila Fernando	- €	15.312,48 €
16571	401 05 99E Outras infra-estruturas	Poço - Loteamento Santa Eulalia	- €	864,00 €
16572	401 05 99E Outras infra-estruturas	Poço - Casas Novas	- €	1.585,21 €
16573	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Recinto das Festas (Boa-Fé)	- €	639,79 €
16574	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Gil Vaz	- €	907,87 €
16575	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Estadio Atletismo	- €	1.242,36 €
16576	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Estadio Atletismo	- €	307,20 €
16577	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Jardim Municipal	- €	384,00 €
16578	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Cancão	- €	308,87 €
16579	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Vila Fernando	- €	398,07 €
16580	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Vila Fernando	- €	60,75 €
16581	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Jardim de St Eulalia	- €	648,00 €
16582	401 05 99E Outras infra-estruturas	Furo artesiano - Monte Vistoso	- €	341,25 €
16583	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - Ajuda Salvador e Santo Ildefonso	- €	49.772,10 €
16584	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - Alcaçova	- €	92.349,67 €
16585	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - Assunção	- €	334.336,34 €
16586	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - Elvas	- €	93.023,61 €
16587	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - Caia e São Pedro	- €	127.028,77 €
16588	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - São Brás e São Lourenço	- €	65.704,96 €
16589	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - São Vicente e Ventosa	- €	26.918,15 €
16590	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - Santa Eulalia	- €	44.441,60 €
16591	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - Terrugem	- €	43.542,10 €
16592	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - Vila Boim	- €	45.050,43 €
16593	401 05 99E Outras infra-estruturas	Adução-distribuição - Vila Fernando	- €	20.649,82 €
16594	401 05 99E Outras infra-estruturas	Eta do Caia	- €	122.719,94 €
16595	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória de São Lourenço	- €	35,20 €
16596	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória do Vedor	- €	3.955,73 €
16597	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória de São Vicente	- €	765,08 €
16598	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória de Varche	- €	14.797,25 €
16599	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória das Casas Novas	- €	3.337,71 €
16600	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória da Boa-Fé	- €	9.724,53 €
16601	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória de Vila Boim	- €	2.496,00 €
16602	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória do Estadio de Atletismo	- €	5.954,21 €

16603	401 05 99E Outras infra-estruturas	Estação elevatória da Calçadinha	- €	17.124,29 €
16604	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte da Biquinha	- €	366,00 €
16605	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte do Platano	- €	832,50 €
16606	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte da Prata	- €	92.042,82 €
16607	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte de Gil Vaz	- €	732,00 €
16608	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte das Pias	- €	252,00 €
16609	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte do Brr das Caixas	- €	134,20 €
16610	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	3.607,50 €
16611	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	1.554,00 €
16612	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	915,00 €
16613	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	54,90 €
16614	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	1.308,67 €
16615	401 05 99E Outras infra-estruturas	Chafariz	- €	219,60 €
16616	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	30,50 €
16617	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	1.174,25 €
16618	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte Santa Eulália	- €	9.945,05 €
16619	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	10,50 €
16620	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	577,20 €
16621	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	732,00 €
16622	401 05 99E Outras infra-estruturas	Chafariz	- €	122,00 €
16623	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	439,20 €
16624	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	36,60 €
16625	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte Rua de S.Lourenço	- €	56.908,05 €
16626	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte de Caia e São Pedro	- €	5.073,52 €
16627	401 05 99E Outras infra-estruturas	Fonte	- €	1.476,94 €
16628	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório Térreo do Freixo	- €	53.527,50 €
16629	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	146.400,00 €
16630	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	18.300,00 €
16631	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	53.527,50 €
16632	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	49.410,00 €
16633	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	32.400,00 €
16634	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório CE5 térreo	- €	15.141,53 €
16635	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	53.527,50 €
16636	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	32.400,00 €
16637	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	10.560,00 €
16638	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	49.410,00 €
16639	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório elevado	- €	17.934,00 €
16640	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório enterrado	- €	420.000,00 €
16641	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	13.725,00 €
16642	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório ce4 térreo	- €	19.825,00 €
16643	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	32.025,00 €
16644	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório elevado	- €	69.167,31 €
16645	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório terreo	- €	116.570,93 €
16646	403 01 02 Poços e reservatórios	Reservatório térreo	- €	35.640,00 €
16647	403 01 02 Poços e reservatórios	Cisterna térreo	- €	518.400,00 €
16648	403 01 02 Poços e reservatórios	Tanque térreo	- €	28.175,08 €

16649	403 01 02 Poços e reservatórios	Tanque térreo	- €	6.654,17 €
16650	403 01 02 Poços e reservatórios	Lavadouro	- €	3.552,00 €
16651	403 01 02 Poços e reservatórios	Lavadouro	- €	932,40 €
16652	403 01 02 Poços e reservatórios	Lavadouro	- €	932,40 €
16653	403 01 02 Poços e reservatórios	Lavadouro	- €	5.180,00 €
16654	403 01 02 Poços e reservatórios	Lavadouro	- €	1.036,00 €
16655	403 01 02 Poços e reservatórios	Casa dos filtros	- €	20.720,00 €
16729	401 05 99E Outras infra-estruturas	Rede eléctrica baixa tensão iluminação pública	- €	67.380,86 €
16730	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - Ajuda e Salvador	- €	39.345,61 €
16731	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - Alcaçova	- €	218.944,78 €
16732	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - Assunção	- €	282.844,00 €
16733	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - Barbacena	- €	842,47 €
16734	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - Caia e S.Pedro	- €	150.071,84 €
16736	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - São Brás e São Lourenço	- €	279.546,95 €
16737	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - S.Vicente	- €	- €
16738	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - Terrugem	- €	170.948,47 €
16739	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - Vila Boim	- €	11.455,14 €
16740	401 05 99E Outras infra-estruturas	Mobiliário urbano - Vila Fernando	- €	8.894,83 €
16768	403 01 99 Outros	Património Natural Arbóreo	- €	105.365,82 €
16841	401 08 02F Monumentos	Património histórico e cultural	793.841,84 €	978.147,68 €
16852	401 04 99 Outras construções	Bar a Carruagem	3.500,00 €	3.500,00 €
16907	401 05 99 Outras infra-estruturas	Parque de estacionamento e acessos do Coliseu Comendador Rondão Almeida (Pavilhão Multiusos de Elvas) - exterior "Olival à Horta da Mina"	200.000,00 €	250.000,00 €
16925	401 08 02F Monumentos	PM082/Elvas - Quartel do Calvário	33.286,39 €	33.286,39 €

8.2.16 – Entidades Participadas

O Município de Elvas detém os seguintes capitais próprios, em 2016, nas seguintes entidades:

ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Valnor – detém 4,67 % - € 466.912 totalmente realizado e subscrito.

Águas de Lisboa e Vale do Tejo – detém 0,42 % - € 703.245,00 totalmente realizado e subscrito.

ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS:

CIMAA – Comunidade intermunicipal do Alto Alentejo – contribuição € 33.124,86 - 11,55%

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço

Mês de Fim

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2181	Cobranças em atraso	329.038,02	0,00	329.038,02	0,00
21811	Águas	329.038,02	0,00	329.038,02	0,00
2181100	Águas - Valor Agregado	329.038,02	0,00	329.038,02	0,00
2182	Cobranças em litígio	243.514,08	0,00	243.514,08	0,00
Totais Gerais:		572.552,10	0,00	572.552,10	0,00

8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

Município de Elvas

Ano: 2016

Unidade: Euro

Contas de Ordem

Saldo da Gerência Anterior		10.628.968,06	Garantias e Cauções Acoladas		0,00
Garantias e Cauções	10.722.162,95		Garantias e Cauções Devolvidas		224.704,55
Recibos para Cobrança	98.785,11		Receita Virtual Cobrada		0,75
Garantias e Cauções Prestadas		115.451,22	Receita Virtual Anulada		0,75
Receita Virtual Liquidada		4,25	Saldo para a Gerência Seguinte		10.711.743,48
			Garantias e Cauções	10.612.968,02	
			Recibos para Cobrança	98.779,86	
TOTAL DOS RECEBIMENTOS		10.836.463,53	TOTAL DOS PAGAMENTOS		10.836.463,53

8.2.27 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa

Abaixo descrevem-se as provisões para dívidas de cobranças duvidosas:

	Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	572 552,10	0,00	0,00	572 552,10
292	Provisões para Riscos e Encargos	77 134,40	0,00	0,00	77.134,40
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

O aumento da conta 291, refere-se a constituição de provisões referentes a clientes de rendas de habitação social, praticamente irrecuperáveis e com possibilidade de ações judiciais. Não existiu aumento nem reduções no ano de 2016 nas rubricas de provisões. Mantém-se a possibilidade de devolução à AT, no valor de € 75.540,12 em 2017, referente ao processo de reembolso de IVA que ainda decorre.

8.2.28 – Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5

Na conta 575, registou-se um reforço de € 595.171,62, derivado da passagem para a contabilização de subsídios ao investimento para bens de domínio público. Dados este tipo de bens não serem amortizáveis, houve a necessidade de afetar o valor contabilizado na conta 2745 e transitá-lo para a conta 575, da seguinte forma:

		MOV.DEBITO	MOV.CREDITO	SALD.DEBITO	SALD.CREDITO
575001	Fundos Comunitários	0,00	595.171,62	0,00	595.171,62
575001005768	UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento - G	0,00	101.606,76	0,00	101.606,76
575001007048	IAPMEI-Inst. de Apoio às Peq. e Méd. Empresas e ao In	0,00	3,07	0,00	3,07
575001007710	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IF	0,00	493.561,79	0,00	493.561,79
Totais Gerais:		0,00	595.171,62	0,00	595.171,62

Os projetos visados foram Iluminação de monumentos 2ª, 3ª e 4ª fase, e também, a Valorização das Fortificações Abaluartadas da Fronteira Elvas/Caia.

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Abaixo discrimina-se o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, baseado no cálculo efetuado pelo Sistema de Gestão de Stocks, referente aos dois armazéns existentes, um para materiais de economato e outro para materiais de administração direta.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	669.841,98
Compras	0,00	126.112,51
Regularizações de Existências	0,00	12.034,20
Existências Finais	0,00	617.362,29
Custos no Exercício		190.626,40

8.2.31 – Demonstração de Resultados Financeiros

O quadro abaixo reflete os movimentos financeiros referentes ao custo com juros suportados referentes aos empréstimos de médio e longo prazo e os movimentos com os juros obtidos das aplicações financeiras a prazo.

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios	
		2016	2015
681	Juros suportados	12.895,99	11.705,47
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	0,00	727,25
	Resultados Financeiros	-11.915,97	-10.074,55
		980,02	2.358,17

Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015
781	Juros obtidos	1.783,27	3.405,01
782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
789	Anulações	-803,25	-1.046,84
		980,02	2.358,17

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
001	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	791	Restituições de impostos	0,00	548.167,81
002	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
003	Perdas em existências	0,00	15.279,87	793	Ganhos em existências	10.759,82	50.286,34
004	Perdas em imobilizações	16.310,14	2.051,57	794	Ganhos em imobilizações	44.269,33	-12.105,82
005	Multas e Penalidades	28.659,92	27.543,36	795	Benefícios de penalidades contratuais	299.372,72	80.085,33
006	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	457.081,01
007	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	146.841,54	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	73.771,56
008	Outros custos e perdas extraordinárias	6.299,31	7.104,72	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	4.394.710,79	2.476.267,56
009	Correções a Aumento de Custos	0,00	0,00				
	Resultados extraordinários	4.667.643,06	3.473.632,93				
		4.719.112,46	3.672.453,96			4.719.112,46	3.672.453,96

Verifica-se um acréscimo significativo, essencialmente por 2 razões:

- Pelo fato de ter havido mais subsídios ao investimento afetos a imobilizado corpóreo (início das suas amortizações em 2016);
- Pela inexistência de correções relativas a exercícios anteriores registados na conta 697;